



COMUNICADO

ACT

No **Boletim de Trabalho e Emprego n.º 23 desta sexta-feira, 22 de Junho** (páginas 1915 a 1930), foi publicado o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) negociado pela ASPAS e por outras estruturas sindicais para os trabalhadores com Contrato Individual de Trabalho (CIT).

Este acordo entrou em vigor dia 01 de Julho.

Se há cláusulas que entraram logo em vigor as cláusulas que prevêm o reposicionamento remuneratório devem ser regulamentadas pela Comissão Paritária prevista na cláusula 29ª com a finalidade de definir critérios uniformes, nomeadamente sobre contagem de tempo e prazos de atualização salarial a cumprir obrigatoriamente por todos os hospitais EPE.

O processo administrativo da legalidade da sua constituição termina com a publicação no Boletim de Trabalho e Emprego, situação que ainda não ocorreu apesar de já ter decorrido todos os prazos legais o que torna a situação inadmissível.

Podemos também afirmar que houve negligência de alguns intervenientes no processo por não entregarem a credencial com a indicação dos seus representantes no prazo de 30 dias conforme determina o ponto 4 da Cláusula 29ª o que provocou logo no início o atraso do processo.

A ACSS entidade que está a mediar o processo não deu até agora informações precisas, pelo que a ASPAS foi recolher informações à fonte.

Assim segundo informação da DGERT (DSRCOT) por falta de recursos humanos a constituição da Comissão Paritária só agora está a ser analisada e se as credenciais (40) estiverem todas certas, a previsão da sua publicação será no BTE n.º 48 de 27 de dezembro.

Reafirmamos que os hospitais têm autonomia para individualmente aplicarem já o reposicionamento remuneratório e darem mais um dia de férias já no corrente ano aos trabalhadores CIT com 10 anos de trabalho em funções públicas.

Estes procedimentos já estão a ser cumpridos em alguns hospitais EPE.

A ASPAS informa os sócios que aguardaremos a publicação da constituição da Comissão Paritária até ao final do ano. Em caso contrário iremos promover uma manifestação de desagrado em frente ao Ministério da Saúde na primeira quinzena de janeiro/2019.

Vila Nova de Gaia, 14 de dezembro de 2018

O Presidente da Direção

Manuel António Lopes